

HABEAS CORPUS Nº 500.497 - GO (2019/0084459-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA E OUTRO
ADVOGADOS : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - GO033670
KELLY MARTINS DE SOUZA - GO041276
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JUNIO ALVES ARAUJO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Junio Alves Araujo** contra ato coator proferido pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Goiás, que recebeu parcialmente queixa-crime pela suposta prática de conduta descrita no art. 140 do Código Penal – Queixa-Crime n. 262923-62.2017.809.0000/GO (fls. 100/114).

Daí a presente impetração, em que se alega constrangimento ilegal consistente no infundado recebimento da queixa-crime, em relação ao delito descrito no art. 140 do Código Penal, por parte do Tribunal *a quo*, em desfavor do ora paciente (fls. 100/114).

Aduz-se que o paciente utilizou palavras fortes para expressar sua opinião somente em virtude do mandato parlamentar, valendo-se de seu dever para demonstrar não esmorecer diante dos desmandos e arbitrariedades do governador.

Sustenta-se que o paciente, enquanto deputado estadual, deve ter sua opinião protegida pelo manto da inviolabilidade, impedindo-se, assim, a sua responsabilização penal e civil nos termos do art. 53 da Constituição Federal, em homenagem ao princípio da segurança jurídica. No momento em que a Corte Especial do Tribunal de Justiça de Goiás recebeu, ainda que parcialmente, a queixa-crime, estando clara a atipicidade de sua conduta, tal ato se tornou coação evidentemente ilegal, por falta de justa causa.

Afirma-se que a imunidade material não é um privilégio aos poderosos, mas uma garantia de defesa da liberdade de expressão dos representantes dos povos democráticos. As afirmações objeto da queixa foram feitas no perfil profissional do *twitter* para dar publicidade a sua fala emanada da tribuna da Assembleia Legislativa, ou seja, proferida como extensão do local de fala do parlamentar. Dessa forma, pede a

concessão da ordem para trancar a ação penal em comento, medida necessária para que o constrangimento ilegal do paciente cesse imediatamente ante a falta de justa causa.

Alega-se que este Superior Tribunal determinou, no HC n. 406.985/GO, o trancamento da Ação Penal Privada n. 420831-46.2015.8.09.0000 também proposta pelo paciente em desfavor do querelado por atipicidade de conduta em razão da imunidade material. Ressalta-se que o art. 564, III, *a*, e IV, do Código de Processo Penal, determina a nulidade por falta das fórmulas da denúncia ou queixa e, embora a queixa tenha sido parcialmente recebida, a matéria está em condições de discussão.

Aponta-se estarem presentes os requisitos para a concessão da liminar e, por isso, pleiteia-se a imediata suspensão da Ação Penal Privada n. 262923-62.2017.8.09.0000 (201792629230) – fls. 3/23.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se viável acolher-se a pretensão, porquanto o alegado constrangimento se apresenta com a nitidez imprimida na inicial em razão das circunstâncias do caso em concreto, isto é, *in casu*, o Tribunal local afastou, em relação ao delito de injúria, a imunidade material decorrente da condição de deputado estadual do paciente, aos seguintes fundamentos (fls. 105/114 – grifo nosso):

[...] Por fim, quanto ao delito de injúria, descrito no art. 140, do Código Penal, patente a existência de lastro probatório mínimo dos fatos narrados na queixa, e que, por conseguinte, autoriza o seu recebimento.

Nesse sentido, tenho por verificados, ab initio, os elementos objetivos e subjetivos do referido tipo penal.

Primeiro, porque a conduta atribuída ao querelado, consistente na publicação, em sua conta do Twitter, de dizeres que atribuem qualidade negativa ao querelante, lastreados em fato vago e indeterminado, que, apesar de não se subsumirem aos tipos do art. 138 e 139, do CP, amoldam-se à descrição contida no preceito primário do art. 140 do CP.

Segundo, porque, à primeira vista, tenho por configurado o dolo de dano e o animus injuriandi, na medida em que não é possível imaginar que alguém se utilize de rede social de grande alcance público para repercutir impropérios (adjetivação negativa - chamar de ladrão) contra outrem sem que tenha, com isso, a vontade consciente de produzir dano e de atingir-lhe a reputação. Assim, inviável, neste primeiro momento, entender caracterizada qualquer excludente

anímica, porque não vislumbro primo ictu oculi as simples intenções de narrar, criticar de forma justa, de defesa, de correção ou de gracejar, o que poderá ser objeto de futura instrução.

Por fim, na contramão do argumenta a defesa (fls. 30/47), neste caso específico, a imunidade material de que é detentor o querelado, em razão do cargo eletivo que ocupa (Deputado Estadual), não é suficiente para afastar a tipicidade material da conduta que lhe é imputada, caso em que remanesce íntegra a justa causa para o exercício da ação penal.

Com efeito, muito embora não se possa negar que o querelado, enquanto parlamentar ocupante de cadeira na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, goza de imunidade material, que O torna - inviolável, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos"⁸, fato é que a referida prerrogativa não lhe pode servir de escudo para os atos que extrapolem os limites daquilo que é ordinário e aceito no campo das divergências políticas, notadamente se a ofensa não apresenta nexo de implicação com o exercício do mandato, caso destes autos, em que as palavras ofensivas atribuídas ao querelado foram proferidas por meio da rede mundial de computadores (Twitter), portanto, em local diverso do recinto parlamentar, e fora de um contexto adequado para o debate de idéias entre os envolvidos.

Deveras, as palavras ditas pelo parlamentar (Major Araújo), e veiculadas nos meios virtuais, não indicam relação alguma com o exercício da atividade parlamentar, na medida em que, até onde a vista alcança, não fazem parte da defesa de tese legislativa por ele sustentada, tampouco podem ser entendidas como defesa da democracia. A bem da verdade, traduzem divergências e rixas pessoais com o querelante, então Governador do Estado, o que, portanto, afasta a proteção constitucional da imunidade material parlamentar.

[...]

Assim, relativizando a prerrogativa da imunidade material de que é dotado o querelado, por não verificar, prima facie, nexo de implicação entre as declarações do querelado e o exercício de seu mandato eletivo, não há falar em exclusão da tipicidade material da conduta objeto da queixa e em ausência de justa causa, relativamente ao tipo descrito no art. 140, do Código Penal, sendo de rigor o seu recebimento.

[...]

Lado outro, respeitante ao crime de injúria, descrito no art. 140, do CP, mostrando-se formal e materialmente típica a conduta imputada ao querelado, e estando a peça de ingresso devidamente acompanhada de suficiente base probatória, não estando, noutro tanto, configuradas quaisquer das hipóteses do art. 397, do Código de Processo Penal, imperativo o recebimento e processamento da queixa ofertada por Marconi Ferreira Perillo Júnior em desproveito de JUNIO ALVES ARAÚJO, tudo nos exatos termos da fundamentação retro.

[...]

Logo, contravindo os fundamentos do acórdão impugnado, a imunidade material conferida pela Constituição da República aos deputados e senadores, no seu art. 53, estende-se aos parlamentares estaduais por expressa disposição constitucional:

Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

[...]

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, **aplicando-sê-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.**

Nesse sentido, o deputado estadual goza de imunidade material em suas opiniões, palavras e voto para que possa agir com independência e liberdade de expressão e manifestação de pensamento, no exercício de sua atividade funcional, como é o caso do ora paciente.

Com efeito, ao contrário do assentado pelo Tribunal local, o fato de terem sido proferidas palavras injuriosas em rede social **não** afasta, de plano, a relação com o exercício do mandato. É o que pode se extrair do decidido pelo Supremo Tribunal Federal na Pet. n. 6.268, Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 17/4/2018.

Assim, caracterizada a plausibilidade jurídica do pedido, repita-se, entendo ser pertinente o deferimento do pedido em sede liminar.

Ante o exposto, **defiro** a liminar para determinar a imediata suspensão da Ação Penal n. 262923-62.2017.8.09.0000 (201792629230).

Comunique-se.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator